

**Manifesto de Apoio das Associações de Servidores das Agências Reguladoras
federais à pauta apresentada pelo Sinagências e às ações da Operação
Valoriza Regulação.**

As Associações dos servidores públicos das Agências Reguladoras Federais, abaixo assinadas, vêm, por meio do presente, expressar nossa insatisfação com o tratamento dispensado pelo governo federal às nossas pautas e reiterar nossa manifestação de apoio integral ao pleito dos servidores das Agências, encaminhado pelo Sinagências ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, conforme Nota Pública deste Fórum das Associações, publicada em 26/02/2024.

Seguindo as negociações na Mesa específica da Regulação, no dia 22 de maio de 2024, o Sinagências reuniu-se com o governo para discutir o pleito dos servidores das Agências Reguladoras Federais. Em síntese, o pleito é pelo nosso posicionamento junto às demais carreiras de Estado com a equiparação das tabelas de nível superior com as de nível superior do ciclo de gestão (BACEN) e garantir que a tabela do nível intermediário equivalha a 75% dessa tabela. Propomos ainda a reorganização de nossa carreira em dois cargos: Auditor em Regulação (nível superior) e Agente Federal em Regulação (nível intermediário).

Apesar o apoio de diversas entidades e autoridades à pauta dos servidores, a resposta do governo, propondo um reajuste insuficiente e inaceitável de 9% em 2025 e 3,5% em 2026, simplesmente, sem qualquer posicionamento sobre os demais pontos de pauta a não ser uma negativa injustificada, nos traz a impressão de que houve total negligência sobre a importância e necessidade do fortalecimento de nossas carreiras, ou, em outras palavras, do fortalecimento da regulação brasileira.

Isso não é trivial! A Constituição de 1988 criou as bases para o Estado Regulador. Desde então, têm-se ampliado, de forma gradativa, os mecanismos de regulação estatal e o fortalecimento da participação dos agentes que atuam segundo a economia de mercado. As Agências Reguladoras Federais foram criadas nesse contexto e tem papel fundamental de manter em bom funcionamento o mercado por elas regulado, estabelecendo um ambiente de negócios saudável, ampliando a segurança jurídica para atração de investimentos privados, e garantindo o interesse público na prestação de serviços adequados à população brasileira. Tais ações, aliadas ao esforço de ampliação do investimento público e implementação das políticas sociais, contribuem para um crescimento econômico mais justo e sustentável do país.

Sabemos que é de reconhecimento geral que vacinas, medicamentos e outros produtos e serviços de saúde regulados salvam vidas (ANVISA); que a regulação de planos de saúde gera segurança aos usuários (ANS); que a regulação do 4 e 5G diminui distâncias e conecta os brasileiros com o mundo (ANATEL); que o fortalecimento da cultura gera emprego e movimentação da economia, aumentando o PIB nacional (ANCINE); que a energia move o Brasil (ANEEL); que a regulação da mineração com sustentabilidade traz riqueza para o país (ANM) e a garantia da infraestrutura de rodovias, ferrovias, infraestrutura portuária e aquática gera mobilidade e transporte de qualidade para milhões de brasileiros, mesmo em áreas remotas do país como a Amazônia, além de propiciar o escoamento de nossos produtos de forma a abastecer nossos mercados internos e viabilizar o comércio exterior (ANTT e ANTAQ); que a regulação de atividades do petróleo garante que os combustíveis produzidos e comercializados atendam todos os critérios de qualidade (ANP); que a regulação e fiscalização da aviação civil, infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do país gera segurança e mobilidade aos passageiros (ANAC) e, finalmente, que regular o acesso à água, a melhor gestão dos recursos hídricos e do saneamento promove o uso múltiplo e sustentável desse recurso, em benefício da atual e das futuras gerações (ANA). Ou seja, as ações das Agências Reguladoras federais impactam no dia a dia da vida da população, o tempo todo.

No entanto, nos últimos anos, o quadro de servidores das Agências não tem sido valorizado na mesma medida que outras carreiras federais pelo Governo Central, mormente em comparação com as demais carreiras que exercem funções típicas de Estado. Isso tem gerado efeitos adversos na atratividade e retenção de quadros qualificados no âmbito dessas Autarquias Especiais, o que nos traz apreensão com a capacidade de cumprimento de nossa missão institucional.

Desde 2008, as Agências Reguladoras federais perderam mais de 3.800 servidores, o que equivale a 1 servidor por dia útil e representa uma perda significativa de força de trabalho e *expertise*. A demora em acatar nosso pleito só agrava essa situação, comprometendo ainda mais a capacidade destes órgãos de exercerem suas funções de forma eficaz. Alia-se a isso a ausência de reposição adequada desses quadros ao longo dos anos. Algumas Agências sequer atingiram o quantitativo de servidores previsto em lei.

Tais circunstâncias não se coadunam com o aumento constante das atribuições e exigências relativas ao atingimento e manutenção de alto padrão regulatório e às necessidades da sociedade na implementação de políticas públicas que contribuem com a garantia de prestação de serviços essenciais.

Por sinal, a excelência e o alto padrão regulatório das Agências é reconhecido pelo próprio Governo Federal, como pode ser observado na recente concessão do selo

de boas práticas regulatórias 2024 pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio às Agências Reguladoras Federais (<https://www.gov.br/mdic/pt-br/aceso-a-informacao/reg/boas-praticas-regulatorias/selo-de-boas-praticas-regulatorias>). Tal iniciativa foi oficializada pela portaria nº 69, de 3 de abril de 2023, assinada pelo vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin e tem o objetivo de reconhecer, dar visibilidade e disseminar boas práticas regulatórias. A avaliação leva em conta os critérios de previsibilidade, qualidade regulatória, participação social e convergência regulatória.

Por todo o exposto, depreende-se que a proposta apresentada pelo governo na mesa de negociação não tem o potencial de mitigar as consequências do cenário negativo instalado, ao contrário, enfraquece mais ainda as Agências Reguladoras ao aumentar nossa distância remuneratória com as carreiras do ciclo de gestão (BACEN) que hoje é de 30% e passaria a ser de 43%, o que diminuiria a atratividade da carreira, impactando negativamente na retenção de quadros experientes e capacitados e na atração de novos servidores.

A título de exemplo, atualmente, a remuneração no final de carreira dos cargos das Agências Reguladoras é inferior ou, no máximo, próxima à remuneração inicial dos cargos de outras carreiras típicas de Estado, como as carreiras do ciclo de gestão. Assim, a proposta do governo é inaceitável e vai de encontro ao nosso objetivo que é promover o fortalecimento da regulação com um corpo técnico reconhecidamente capaz e qualificado no exercício de suas atribuições.

Nunca é demais lembrar que as 11 agências reguladoras federais defendem a qualidade de vida da população e geram ganhos expressivos para o país, atraindo mais investimentos e promovendo o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O enfraquecimento ou a demora em recuperar sua capacidade de atuação traz consequências severas e imediatas para a sociedade brasileira, como infelizmente já vimos acontecer em situações extremas, citando por exemplo os desastres com barragens. Ao contrário, também vimos a importância da atuação dessas mesmas Agências para a proteção da vida e apoio ao socorro de vítimas, nos exemplos de atuação da ANVISA e da ANATEL.

Conhecemos a importância e necessidade de nossas atividades para o desenvolvimento econômico e social do país. E, por isso, tentamos de todas as formas evitar qualquer situação que prejudique o bom andamento dessas atividades. Todavia, a condição precária das Agências Reguladoras atingiu um patamar insustentável, o que se reflete em sobrecarga de trabalho com a assunção e acúmulo de atividades sobre cada servidor; e a necessidade de horas além do expediente, inclusive em feriados e finais de semana, para a garantia da continuidade das atividades prioritárias, mas sem condições de incrementar outras inovações necessárias à melhoria de nossa atuação.

As exigências aumentam, mas nossa capacidade de resposta diminui a cada ano. A adoção de soluções cada vez mais sofisticadas para contornar os percalços encontrados não conseguirão continuar garantindo o cumprimento de nossos compromissos. Os sacrifícios individuais dos servidores não são mais suficientes para contornar essa situação de precarização das Agências.

Assim, a continuação da postura do governo em apresentar uma proposta apenas remuneratória, totalmente inadequada e que aumenta o distanciamento com as carreiras do ciclo de gestão (BACEN), e a falta de proposta ou justificativa acerca das outras medidas estruturantes que fazem parte de nossa pauta, poderá levar a um agravamento na prestação de serviços essenciais à sociedade em curto prazo.

Se somos responsáveis pela regulação de mais de 60% do PIB brasileiro e, somente em 2023, foram arrecadados mais de R\$ 87 bilhões ao exercermos nossas atividades, entendemos que o atendimento à integralidade de nosso pleito, se configura perfeitamente plausível. Lembramos aqui que tal desempenho foi possível graças à dedicação exaustiva do corpo funcional destes órgãos, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas autarquias, inclusive com o recente corte de 20% do orçamento, conseguiram cumprir com excelência sua missão institucional.

A necessidade de correção de distorções históricas entre os cargos que atuam nas Agências demonstra que não é apenas uma questão orçamentária que norteia nossa solicitação, e o recente caso da ANM demonstra a viabilidade do atendimento ao nosso pleito.

Como bem disse o Presidente Lula, “é necessário saber o que é gasto e o que é investimento”. Então, compartilhamos do mesmo posicionamento do Presidente, visto que a nossa pauta de reestruturação da carreira e equiparação ao ciclo de gestão não é gasto, mas sim, investimento. Além disso, é a reparação de uma injustiça de décadas com a nossa categoria.

Por isso, este Fórum reitera seu apoio irrestrito à pauta apresentada pelo Sinagências e às ações de mobilização da Operação Valoriza Regulação conduzida pelo Sindicato, como medidas e ações emergenciais e essenciais para o fortalecimento da regulação federal.

Brasília, 11 de junho de 2024.

Associação dos Servidores da Agência Nacional de
Águas e Saneamento Básico - **ASÁGUAS**



Associação dos Servidores da Agência
Nacional de Energia Elétrica - **ASEA**



Associação dos Servidores da Agência
Nacional de Transportes Aquaviários -
ASANTAQ



Associação dos Servidores da Agência
Nacional de Transportes Terrestres -
ASEANTT



Associação dos Servidores da Agência
Nacional de Vigilância Sanitária - **UNIVISA**



Associação dos Servidores e demais
Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar
- **ASSETANS**



Associação dos Servidores
Públicos da Agência Nacional do
Cinema - **ASPAC**



Associação Nacional dos
Servidores da Agência Nacional
de Mineração - **ASANM**



Associação dos Servidores da Agência
Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis - **ASANP**



União Nacional dos Servidores de
Carreira das Agências Reguladoras
Federais - **UNAREG**

